

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



MAGALHÃES, Joaquim Antero Romero (Faro, 1942 – Coimbra, 2018)

Joaquim Romero Magalhães foi um admirável historiador cuja obra é extensa e muito reconhecida em Portugal, no Brasil, em Espanha e nos meios académicos de outros países. O seu gosto pela História da Época Moderna e o seu papel no crescimento e afirmação da História Económica e Social no espaço académico português foram contributos salientes que construiu a partir da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC), onde ensinou e fez a sua carreira académica de 1973 a 2012. Natural de Loulé, no Algarve, era filho de um professor de liceu – o poeta e escritor Joaquim Magalhães – e de uma professora de piano do conservatório de Faro. Fez o liceu no Algarve e seguiu para a Universidade de Coimbra em 1959. No ano seguinte preteriu o curso de Direito e optou pela História, percurso comum a diversos historiadores portugueses dessa geração.

Romero Magalhães realizou a sua formação universitária num tempo de grande imobilismo cultural, mas teve o desassombro de se envolver no associativismo estudantil e em diversos movimentos de estudantes comprometidos com as oposições à ditadura salazarista. Membro de uma república de estudantes, foi presidente do Teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra, em 1963, e presidente da Associação Académica de Coimbra, em 1964.

Em 1967 defendeu a sua tese de licenciatura na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Apresentou um trabalho ousado de História económica e social, uma espécie de corografia histórica de uma região periférica da expansão marítima portuguesa do século XVI, o Algarve. O livro foi publicado em 1970 pelas Edições Cosmos e agitou as águas mornas da historiografia portuguesa, que só então e com significativo atraso relativamente ao que sucedia noutros países começava a prestar atenção à História Económica e Social, aos seus métodos e referências conceptuais.

Em 1973, após um brevíssimo período como professor do ensino secundário e metodólogo, Romero Magalhães iniciou a sua carreira na FEUC. Em 1984 concluiu aí o seu Doutoramento. A tese que apresentou à FEUC, *O Algarve Económico, 1600-1773*, orientada por Vitorino Magalhães Godinho, depressa se tornou um trabalho marcante na historiografia portuguesa. Viria a ser publicado na Editorial Estampa em 1988 e conheceu, desde então, várias edições.

Em 1993, Romero Magalhães fez provas de agregação na FEUC. Para esse fim apresentou um relatório



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

pedagógico de grande qualidade e ousadia sobre uma disciplina de mestrado em História da Europa, interesse académico que começara a cultivar intensamente quando Portugal aderiu à Comunidade Económica Europeia, em 1986. Alcançou posição de Catedrático em 1994 e jubilou-se em 2012.

Em Portugal, a institucionalização da História económica foi um movimento lento e tardio que beneficiou muito do trabalho de historiadores como Joaquim Romero Magalhães. Não apenas na investigação, mas também no ensino. Devido à longevidade do regime salazarista e ao condicionamento governamental sobre as ciências sociais, a História económica surgiu como um fio de água e foi-se afirmando apartada de outras realidades. Devido à asfixia ideológica da Universidade e ao estigma que se lançara sobre as conotações marxistas do “económico” e do “social”, a investigação e ensino da História, em geral, só progrediram no âmbito de uma contracultura historiográfica, que resistiu e cresceu à margem da Academia (J. Romero de Magalhães, *Oração de Sapiência...*, 2009, pp. 1-16).

Em 1972, com dezenas de anos de atraso em relação a diversos países desenvolvidos, abriu em Lisboa, na Licenciatura em Económicas do Instituto Superior de Economia (actual ISEG), a primeira disciplina de História Económica em Portugal, confiada ao historiador Joel Serrão. No ano seguinte, na recém-criada FEUC principiava o ensino de História Económica, entregue a Joaquim Romero Magalhães. O mesmo acontecera, em 1972, no novo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, onde a regência de História Económica foi assumida pelo economista Alfredo de Sousa.

Na FEUC, volvida a turbulência dos anos da Revolução, o ensino da História económica robusteceu-se no ano lectivo de 1976-77, mediante a inclusão da disciplina de História Económica Portuguesa no plano de estudos da Licenciatura em Economia (Jaime Ferreira, *Nos 30 anos da FEUC...*, 2003, pp. 102-134). Foi seu primeiro regente o medievalista A. H. de Oliveira Marques, um dos principais historiadores portugueses, há muito convencido da importância da História Económica e Social para a formação dos estudantes. A iniciativa de criação da cadeira pertenceu a Joaquim Romero Magalhães que, entretanto, saiu para a Assembleia Constituinte e assumiu o cargo de Secretário de Estado da Orientação Pedagógica em dois governos presididos por Mário Soares (1976-1978).

Apesar destes desenvolvimentos, a decisiva afirmação da História económica em Portugal deu-se após a Revolução de 25 de Abril de 1974. A criação da *Revista de História Económica e Social*, em 1978, e o nascimento da Associação Portuguesa de História Económica e Social, em 1980, ambas por iniciativa de Vitorino Magalhães Godinho, apoiado num grupo de jovens docentes entre os quais se contava Romero Magalhães, foram avanços decisivos que contribuíram muito para a renovação da historiografia portuguesa.

Ainda jovem, e desde logo na sua referida tese de licenciatura, Romero Magalhães já conjugava a erudição histórica com um estilo narrativo quase literário e uma ironia mordaz. Entendia a História como um ofício de escrita centrado na explicação e na lógica causal dos fenómenos, mas sem conceder a ornamentos teóricos desapegados do tempo e dos espaços. Sempre entendeu que a pesquisa de documentos e das demais fontes históricas obrigam o historiador a construir uma ética de arquivo e a fazer uso desses traços do passado numa



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

dupla perspectiva: enquanto instrumento probatório e enquanto exercício de imaginação narrativa verosímil. Primeiro a publicação de fontes, depois o estudo, a análise e a síntese escrita.

Formado na influência da grande historiografia francesa da Escola dos *Annales*, atento aos conceitos e recursos metodológicos de diversas Ciências Sociais, mas avesso a sociologismos, Romero Magalhães entendia o arquivo e o arquivista como agentes de mediação entre o historiador e as instituições públicas. Assim se compreende o seu gosto por bibliotecas e arquivos e a sua preocupação provisional relativamente à Biblioteca da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, onde se encontra boa parte do seu espólio bibliográfico, bem como ao Arquivo Municipal de Loulé que, em Abril de 2021, em homenagem póstuma, recebeu o seu nome.

Historiador bibliófilo e humanista, imaginava problemas historiográficos e construía ideias de investigação partindo da leitura de opúsculos antigos, folhetos, narrativas de viagem, discursos, memórias e outras fontes impressas. Essa prática quotidiana, não apenas de investigação, mas também de pedagogia docente, constituía a base do seu método de trabalho, um ofício persistente e exigente consigo próprio. Historiador de pesquisas, combinava a mestria arquivística com uma tremenda intuição de análise sobre os contextos da acção humana e a contingência dos processos históricos no seu tempo. Atento à natureza dos espaços e ao jogo dos poderes, conjugava com facilidade a *long durée* de Fernand Braudel com outros tempos e escalas, de modo a explicar as relações entre a acção e o meio. Na historiografia de Romero Magalhães, há diversos traços *braudelianos*, mas um deles é muito saliente em várias publicações de sua autoria: o tempo também é geográfico, a história inclui temporalidades múltiplas que se entrecruzam e que obrigam a procurar dialécticas de globalidade – conjuntos e subconjuntos explicativos. Para dar vida a esses quadros imbrincados de acção humana e institucional, fazia uso da imaginação narrativa e de uma capacidade de escrita fluente e de estilo literário.

“A tentação do mundo”, ou a intenção de fazer uma história dos espaços e dos poderes do império atenta aos laços, aos encontros e conexões mercantis, já é evidente em diversos trabalhos de Romero Magalhães, ainda que o autor nunca lhes tenha chamado “História Global”. Tomando em boa conta as interpretações abertas por obras como *Os Descobrimentos e a Economia Mundial* (1963-1971), de Vitorino Magalhães Godinho, e os ensaios de António Sérgio – sem esquecer a historiografia de Jaime Cortesão, que muito admirava e que estudou em detalhe –, preocupou-se em apurar como é que a sociedade portuguesa da Época Moderna se mercantilizou precocemente, mas nem por isso foi pioneira nos processos de modernização. Não por acaso, essa magna questão e o problema das articulações administrativas e fiscais entre a administração central e os territórios e confins do império foram tópicos salientes no volume que coordenou da *História de Portugal* de José Mattoso, significativamente intitulado “No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)” (vol. III, 1993).

Nesse e noutros lugares de escrita, a análise histórica produzida por Romero Magalhães nunca perdeu de vista as estruturas, as conjunturas, os complexos histórico-geográficos e outras categorias heurísticas



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

difundidas pela Escola dos *Annales*. Sem perder a identidade de historiador, estudava a economia para compreender a sociedade nas suas estruturas aparentemente imóveis e nos seus movimentos de mudança, sem perder de vista os protagonistas do poder e a prática das instituições. Quando o seu escopo era a história social, parecia não esquecer a advertência de Le Roy Ladurie sobre o “carácter imperialista” dessa disciplina ou especialidade, que tenderia a apropriar-se de todos os aspectos da História por estar mais próxima de outras ciências sociais e humanas (Duby *et alia*, *História e Nova História...*, 1994, p. 56). Muito atento à nova história social francesa e ao avanço da historiografia sobre classes e movimentos sociais da Época Moderna (Roland Mousnier e outros), prestou particular atenção às formas de mobilidade social.

*Sem esquecer as micro-escalas e um certo determinismo dos factores geográficos, Romero Magalhães ocupava-se fundamentalmente da transformação socioeconómica dos espaços e das gentes (Leonor Freire Costa, “Joaquim Romero Magalhães’s Thoughts about Early Modern Portugal”..., 2019, pp. 66-72). Detinha-se na topografia dos poderes sem esquecer a premissa de Marx, segundo a qual “uma economia é sempre historicamente específica” (E. Hobsbawm, *Sobre História...*, 1998, p. 124). Fosse no âmbito dos concelhos ou de outras circunscrições político-administrativas, as descrições explicativas que fazia da organização social de um determinado espaço-tempo atendiam sobretudo à forma como os homens produziam e distribuam o produto do seu trabalho. No entanto, as influências teóricas e metodológicas da historiografia de Romero Magalhães nunca se mostraram contraditórias em relação a um estilo muito próprio de quem pensava e escrevia por si, atribuindo um espaço importante ao engenho narrativo e à intuição analítica.*

Muitos dos seus trabalhos destinavam-se a incentivar discípulos e a rasgar novos horizontes. Era um Professor que fazia investigação – um excelente e afectuoso professor, como reconheciam os seus alunos. Nunca se quis ver na pele de um investigador que não desse aulas, ou que as achasse supérfluas para melhor escrever história. Os largos milhares de páginas impressas que nos deixou – livros, capítulos de obras coletivas, ensaios, textos para catálogos de exposições e mais de uma centena de artigos – são o testemunho da sua fina prosa e reflectem a sua erudição histórica. Alguns dos trabalhos que publicou sobre temas tão relevantes para a História Moderna quanto os concelhos, a Inquisição e a fiscalidade no império do Brasil, encontram-se reunidos nos cinco volumes que designou *Miunças*, publicados na Imprensa da Universidade de Coimbra, o último a título póstumo.

Romero Magalhães era um notável historiador de frases curtas. Conhecia bem as regras da arte, mas desafiava-as de forma intuitiva procurando nas fontes uma lógica explicativa capaz de dar sentido à acção humana e algumas metáforas que prendiam o texto ao tempo e aos espaços em que decorria a acção dos personagens e instituições. Era um historiador culto, que temia os excessos de especialização, o confinamento metodológico e o império da teoria. Talvez por isso, nunca deixou de dedicar tempo à música, à literatura e, sobretudo, à leitura apaixonada de policiais. Além das evidências de talento historiográfico que ressaltam da sua obra, Romero Magalhães era um académico que acreditava no reformismo persistente, no uso da Razão e nas deliberações democráticas. Tinha uma personalidade emotiva, desassombada e de



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

humores variáveis, mas sempre comprometida com a causa pública e com uma visão integrada e culta da vida académica. Entre 1985 e 1989 foi Presidente do Conselho Directivo da FEUC, cargo que voltou a exercer entre 1991 e 1993. Foi ainda Presidente do Conselho Científico da mesma Faculdade entre 1989 e 1991.

Romero Magalhães leccionou também em prestigiadas Universidades estrangeiras. Foi professor convidado da École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris (1989 e 1999); da Universidade de São Paulo (1991 e 1997) e da Yale University (2003). A sua familiaridade com os temas do Brasil-colónia e a colaboração extensa que teve em obras dirigidas por historiadores de renome internacional beneficiaram claramente do papel e das redes que construiu na Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, onde assumiu o cargo de Comissário Geral entre 1999 e 2002. Coube-lhe dirigir o programa das comemorações do Descobrimento do Brasil, tendo procurado o envolvimento conjunto dos dois países e de outros Estados, nomeadamente das ex-colónias portuguesas. A tarefa era difícil, mas os projetos de comemoração histórica que coordenou e implementou foram um êxito e tiveram o reconhecimento dos interlocutores nacionais e estrangeiros. Evidência que confirma as qualidades diplomáticas e a reputação académica que construíra, nomeadamente no meio universitário e intelectual brasileiro. A obra historiográfica e a notabilidade da acção pública de Romero Magalhães foi reconhecida por organismos públicos brasileiros e pelo Estado português, através de um conjunto significativo de distinções honoríficas.

No caminho que trilhou como cidadão e historiador, Romero Magalhães adiou muitas vezes a escrita de um livro, que acabou por ver a luz do dia no momento mais oportuno. Discorreu sobre a República em *Vem aí a República, 1906-1910*, dado à estampa em 2009, na Almedina. Embora fosse um historiador da época Moderna, prestava grande atenção, sobretudo como leitor, aos temas de História Contemporânea, particularmente aos períodos da República e do Estado Novo. A cultura política republicana e emergência das forças republicanas falavam especialmente a Joaquim Romero Magalhães, dadas as suas raízes familiares. O seu próprio modelo de cidadania e os valores republicanos que subscrevia eram heranças indeléveis desse período intenso da vida nacional e daí a atenção que dedicou aos temas do republicanismo nos últimos anos da sua vida. O conhecimento histórico e a afinidade cívica que Romero Magalhães tinha sobre a I República e seus antecedentes, bem como a experiência que tivera na Comissão dos Descobrimientos, foram razões óbvias para a sua integração na Comissão de Projectos para a Comemoração do 1.º Centenário da República Portuguesa, em 2005, e na Comissão Consultiva das Comemorações do Centenário da República, entre 2009 e 2011. As qualidades e o reconhecimento de historiador que alcançou, não o impediram de abraçar funções que dele exigiram decisão equilibrada, bom-senso e algum realismo. Era um reformista que acreditava nas instituições e que nunca as deixou tal como as recebera. No plano cívico, era um homem interveniente e comprometido com o socialismo democrático e com a ética republicana. Acreditava muito na construção europeia e nas suas instituições, inclusivamente na construção paulatina de uma Europa federal.

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Bibliografia activa: MAGALHÃES, Joaquim Romero, *Para o estudo do Algarve económico durante o século XVI*, Lisboa, Edições Cosmos, 1970; *O Algarve Económico, 1600-1773*, Lisboa, Editorial Estampa, 1988; *O Alvorecer da Modernidade* (coordenação), vol. III da *História de Portugal* dirigida por José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993; *Tranquilidade. História de uma Companhia de Seguros*, Lisboa, Tranquilidade, 1996; *O império português no século XVI, espaços e produtos*, Lisboa, CNCDP, 1999; “A História Económica no Ensino Superior português”, Oração de Sapiência proferida na abertura solene do ano lectivo, 16 de Setembro de 2009, in *Notas Económicas, Revista da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra*, nº 30, Dezembro de 2009; *Vem aí a República. 1906-1910*, Coimbra, Almedina, 2009; *Concelhos e organização municipal na época Moderna, Miunças 1*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011; *O Algarve na Época Moderna, Miunças 2*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012;

No Portugal moderno. Espaços, tratos e dinheiro, Miunças 3, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012; *Avulsos de História Moderna: Instituições, pessoas e conflitos, Miunças 4*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017; *História da República: acontecimentos e protagonistas, Miunças 5*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019.

Bibliografia pasiva: COSTA, Leonor Freire, “Joaquim Romero Magalhães’s Thoughts about Early Modern Portugal”, in *e-Journal of Portuguese History*, Brown University, vol. 17, number 1, June 2019, pp. 66-72; COSTA, Leonor Freire; GARRIDO, Álvaro; DUARTE, Luís Miguel (org.), *Economia, Instituições e Império. Estudos em Homenagem a Joaquim Romero Magalhães*, Coimbra, Almedina, 2012; DUBUY, G.; ARIÈS, P.; LADURIE, E. L. R.; LE GOFF, J., *História e Nova História* (trad. do Francês), Lisboa, Teorema, 3ª ed., 1994; FERREIRA, Jaime, “Nos 30 anos da FEUC”, *Notas Económicas*, Junho 2003, pp. 102-134; GARRIDO, Álvaro, “The role of Joaquim Romero Magalhães in the creation of the Economic and Social History at University of Coimbra”, in *e-Journal of Portuguese History*, Brown University, vol. 17, number 1, June 2019, pp. 86-96; GODINHO, Vitorino Magalhães, *Introdução à História Económica*, Lisboa, Livros Horizonte, 1970; HICKS, John, *A Theory of Economic History*, London and New York, Oxford University Press, 1969; HOBBSAWM, Eric, *Sobre História. Ensaio*, São Paulo, Companhia das Letras (trad.), 1998; PEREIRA, Miriam Halpern, *O Gosto pela História. Percursos de História Contemporânea*, Lisboa, Imprensa da Ciências Sociais, 2010.

Álvaro Garrido